

(Apresentação)

Um grito no deserto: manifesto antirracista, antifascista, antiLGBTfóbico e antimachista

A scream in the desert: anti-racist, anti-fascist, anti-LGBTphobic and anti-chauvinist manifest

Willis Santiago Guerra Filho^{*}

Paola Cantarini^{**}

Thiago de Águiar Pádua^{***}

Djefferson Amadeus de Souza Ferreira^{****}

Resumo: O presente texto realiza a apresentação do dossiê especial da Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal, cuja temática versa sobre “Criminologia e Direito”, realizando também, como fica evidente, um ato político de manifesto, reconhecendo, todavia, que manifestos se tornam mais efetivos se o pergaminho com que são escritos se transformarem em pavios de coquetéis molotov. Fogo no pavio, fogo no pavio.

Palavras-chave: Apresentação; Revista da Defensoria Pública; Dossiê sobre Direito e Criminologia.

Abstract: This paper serves as a presentation of the special dossier of the Journal of Brazilian Federal District Public Defensorship, whose theme is about ‘Criminology an Law’, also performing, as is evident, a political act of manifesto, recognizing, however, that manifestos become more effective if the parchment with which they are written turns into molotov cocktail wicks. Fire in the wick, fire in the wick.

Keywords: Presentation; Journal of Brazilian Federal District Public Defensorship; Dossier on Law and Criminology.

Recebido em: 06/12/2020

Aprovado em: 12/12/2020

Como citar este artigo:

GUERRA FILHO, Willis
Santiago; CANTARINI, Paola;
PÁDUA, Thiago de Águiar;
FERREIRA, Djefferson
Amadeus de Souza. Um grito
no deserto: manifesto
antirracista, antifascista,
antiLGBTfóbico e
antimachista. Revista da
Defensoria Pública do Distrito
Federal, Brasília, vol. 2, n. 3,
2020, p. 13-24.

^{*}Professor Doutor do Programa de Mestrado e Doutorado em Direito da PUC/SP; professor da graduação em direito da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO. Advogado.

^{**} Professora universitária, artista plástica, Doutora em Filosofia do Direito pela Università del Salento. Doutora em Direito pela PUC/SP. Pesquisadora grupo de estudos USP-IEA, Instituto de Estudos avançados, pesquisadora LAWGORITH. Pesquisadora IEA-USP - Humanidades computacionais. Advogada.

^{***}Professor do PPGD – Mestrado em Direito do UDF – Centro Universitário do Distrito Federal. Doutor e Mestre em Direito. Presidente do Comitê de Direitos Humanos do UDF. Membro da Academia Brasiliense de Letras. Membro e Vice-Presidente da Comissão de Estudos Constitucionais da ANACRIM. Advogado.

^{****}Mestre em Direito e Hermenêutica Filosófica com ênfase em processo penal (UNESA-RJ / Bolsista Capes). Coordenador do Instituto de Defesa da População Negra (IDPN), Membro do Movimento Negro Unificado (MNU), da Instituição da Advocacia Negra Brasileira (IANB) e Pesquisador da Fiocruz (Coop. Social). Advogado Criminalista e Eleitoralista.

Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. O materialista histórico os contempla com distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corveia anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo (BENJAMIN, p. 225).

“Fogo no pavio, fogo no pavio...” (GOG, 2002), repete o sugestivo refrão de Gog, o poeta popular da periferia do Planalto Central que também denuncia o Terror (GOG, 2000): “Fal[a] do crime, de um povo que sofre enquanto nas mansões da minoria transbordam os cofres, [d]o burguês [que] discrimina [e] fala mal de mim, de você, da sua mina, apoia a chacina, desmerece o artista, o ativista, [e] deturpa a entrevista”. Suas letras realizam também um perene escovar da história à contrapelo, como evidenciado no esforço poético do cancionero repentista, também um materialista histórico:

Amanheceu e as paradas lotadas, o mesmo gado já não tão novo e suas marcas, o calor, a multidão, a fila pra (pra pra) pegar a condução. A escravidão, as chibatadas levadas na senzala se mantêm vivas todo dia no quarto sala: amordaçados por horas em frente à televisão! Efeito bem pior que o da radiação... “País infeliz, bombardeado pela alegria” Tom Zé define assim expressando sabedoria! Vou lhe fazer uma confissão um desabafo: às vezes sinto vontade de jogar tudo pro alto! Mas que nada! Não vou me entregar às armas ou à guerra, quem sabe faz a hora não espera. FHC Joaquim Silvério dos Reis dos dias atuais, traidor da nação, um dólar a mais! Caixa dois até a boca! Dignidade é pouca! Impune, à solta, merece a força! Vendeu a própria alma sem trauma! Dificilmente esse, o salmo salva! Poesia, verso, rima, prosa! Envenenado pelos livros, Em Nome da Rosa! Infância proibida! País infanticida! 57 mil se vão na primeira semana de vida! Fábrica de anjos. A marmita do pai ao laudo, somado ao saneamento básico confira o saldo: Brasil pecado, realidade trágica, estômagos vazios à espera de cestas básicas... Salário mínimo: atentado, incentivo ao crime maluco! Congresso, Planalto assalto de vida em um lucro! Xadrez! De vez! Para esses canalhas! Ou que ardam nas fornalhas, pagando por suas falhas! Revolucionários do Brasil! Fogo no pavio! Fogo no pavio! Fogo no pavio!” (GOG, 2002)

De fato, são mais que meros jogos de conexão, sendo impossível não recordar dois outros textos. O primeiro, a fina ironia de Maurice Joly em seu famoso “Diálogo no Inferno Entre Maquiavel e Montesquieu” (JOLY, 2010). O Segundo, o não menos famoso e célebre “Manual do

Guerrilheiro Urbano”, de Carlos Marighella (1969). Este último possui uma introdução propedêutica que não pode ser esquecida, enquanto o primeiro revela consciência de classe do grupo dominante a partir do sistema de justiça, instrumento de proteção e vingança da elite. Vejamos o segundo:

Eu gostaria de fazer uma dupla dedicatória deste trabalho; primeiro, em memória de Edson Souto, Marco Antônio Brás de Carvalho, Nelson José de Almeida ("Escoteiro") e a tantos outros heroicos combatentes e guerrilheiros urbanos que caíram nas mãos dos assassinos da polícia militar, do exército, da marinha, da aeronáutica, e também do DOPS, instrumentos odiados da repressora ditadura militar. Segundo, aos bravos camaradas - homens e mulheres - aprisionados em calabouços medievais do governo brasileiro e sujeitos a torturas que se igualam ou superam os horrendos crimes cometidos pelos nazistas. Como aqueles camaradas cujas lembranças nós reverenciamos, bem como aqueles feitos prisioneiros em combate, o que devemos fazer é lutar. Cada camarada que se opõe a ditadura militar e deseja resistir fazendo alguma coisa, mesmo pequena que a tarefa possa parecer. Eu desejo que todos que leram este manual e decidiram que não podem permanecer inativos, sigam as instruções e juntem-se a luta agora. Eu solicito isto porque, baixo qualquer teoria e qualquer circunstâncias, a obrigação de todo revolucionário é fazer a revolução.

De outro lado, o primeiro mencionava que o grupo no poder possui sempre as melhores peças do xadrez, pois “não tem senão de escolher os instrumentos que devem servir ao seu furor; ele encontrará sempre juízes prontos a sacrificar a consciência em favor dos seus projetos de vingança ou de raiva” (JOLY, 2010, p. 168). Por isso, evidentemente, o controle da interpretação judicante apegado a um determinado legalismo (legalismo que só pode ser feito à imagem e semelhança dos grupos dominantes), que presidiu o espírito de criação das Cortes de Cassação, como didaticamente apontado por Castanheira Neves (2010, p. 29 e ss):

Uma outra atitude, sem o radicalismo da que acaba de ser referida – pois dava-se já conta de que a exclusão da interpretação era impossível e de que o único recurso à interpretação autêntica era impraticável, como o comprova o próprio fracasso do *reféré législatif* –, mas sem abandonar de todo o mesmo espírito (ou a anterior atitude de suspeição), viria a traduzir-se na criação de instituições destinadas ao controle da interpretação judicial. O exemplo histórico mais relevante oferece-no-lo o tribunal de cassação. Pois ainda que não se tenha mantido a versão originária da *Cour de Cassation*, que a compreendia mais como órgão político que judicial, e por isso “*établi auprès du corps législatif*” [estabelecido próximo ao corpo legislativo] (art. 19 da Constituição Revolucionária de 1791), a sua instituição judiciária não foi menos inequivocamente marcada pelo objetivo de garantir a estrita obediência às leis que se receava pudesse ser frustrada por uma interpretação jurisdicional autônoma (...) certo é que o objetivo que continuou a presidir a todas as cassações foi menos o de reapreciação do concreto juízo jurisdicional do que o controle da

legalidade abstrata das decisões judiciais a ela submetidas – e, com isso, a defesa dessa mesma legalidade contra o poder juridicamente criador dos juízos através da atividade interpretativa.

Atualíssimo, se pensarmos que as prisões brasileiras e os atos cotidianos continuam como os denunciados “calabouços medievais do governo brasileiro e sujeitos a torturas que se igualam ou superam os horrendos crimes cometidos pelos nazistas”, impregnados de oficialismo preconceituoso e deletério, numa evidente luta de classes que possui cor, cifrão, gênero e nacionalismo identitário como características elementares, e, além disso, privilégios os mais bizarros e bizantinos não só dos detentores do poder, mas também do corpo jurídico destinado a mantê-lo, caricaturais como o caso de certos Promotores que pediram preferência para vacinação e imunização contra o letal Covid-19, em detrimento de camadas populares mais vulneráveis, ou da juíza adepta do governo federal executivo ora vigente que, desrespeitando os advogados criminalistas, disse que “o primeiro juiz da causa é o delegado de Polícia”, para justificar a suposta desnecessidade das audiências de custódia, ou do juiz e do membro do MP e do advogado em recente audiência que não apenas revitimizaram uma vítima de estupro como violaram sua dignidade com gestos, palavras e agressões. Afinal de contas, foi o poder judiciário brasileiro que, há não muito tempo, chancelou o envio de uma mulher grávida e judia para os campos de concentração nazista de Hitler¹, e também foi o poder judiciário nacional que chancelou o bloqueio de ativos financeiros da população sob a égide do desgoverno do presidente afastado em 1992².

Aliás, conforme observado por um dos autores desta apresentação, ainda sobre os desatinos políticos do poder judiciário, e, portanto tomada de lado, a imolação daquele princípio apresentado por nós³ com tanta esperança ao País - eu, no opúsculo publicado em 1989, “Ensaio de Teoria Constitucional”, e o Mestre pranteado Paulo Bonavides, na reedição de seu “Direito Constitucional”, do ano seguinte, como o consagrado “Curso de Direito Constitucional”: o princípio constitucional da proporcionalidade. É que já em 1990, como relatado, o então Procurador da República, Gilmar Ferreira Mendes, hoje notório Ministro do STF, quando Chefe

¹ Foi sob esse prisma de entendimentos normativos que o Brasil, num dos mais dramáticos e vergonhosos capítulos de nossa história constitucional, por meio do Supremo Tribunal Federal, entregou Olga Benário Prestes, grávida, judia e comunista, para o criminoso regime da Alemanha nazista no caso do HC 26.155, Rel. Ministro Bento de Faria, julgado em 17.6.1936, num inusitado caso de habeas corpus impetrado para manter a prisão no Brasil, pois a entrega ao país estrangeiro significaria (como de fato significou) a sentença de morte da paciente, da qual o Supremo Tribunal Federal é corresponsável. Sobre o Famoso caso Olga, confira-se os seminais textos de Arnaldo Godoy e Fernando Moraes. Cfr. GODOY, 2008, p. 26-72; MORAIS, 1989.

² O caso é o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal da Medida Cautelar ADI 534, em 1991, relacionada ao “bloqueio das cadernetas de poupança”. Cfr. MENDES, 1991; PÁDUA, 2020, p. 365.

³ Referência a Willis Santiago Guerra Filho. Cfr. GUERRA FILHO, 2020, p. 25.

da Assessoria Jurídica da Secretaria- Geral da Presidência da República, chancela com base neste princípio a insanidade promovida pelo seu depois impedido ocupante, Fernando Collor de Mello, de bloqueio geral dos ativos financeiros de toda a população brasileira, pois tal bloqueio “não teria representado sacrifício desmedido ou desproporcional” (sic). E assim se destinava à incompreensão, por inverter o seu sentido, este que deveria ser o grande guia para a preservação da dignidade humana entre nós, para realizar o Estado Democrático de Direito almejado pelo povo brasileiro e em seu nome instituído pela Constituição de 1988. Igual destino invertido seria dado a institutos como o mandado de injunção, o instrumento para a efetivação de direitos fundamentais que o STF tornou inefetivo, ou as medidas provisórias, cujo uso abusivo não coibiu, a serem usadas em situações emergenciais e excepcionais, tornadas instrumento de regular exercício do governo, trazendo como consequência inafastável a transformação do Estado de Direito entre nós em estado de emergência, logo, de exceção.

Como mencionado por outro⁴ dos autores desta apresentação, falando sobre as recentes alterações legislativas no âmbito juscriminal, num diálogo com seu irmão:

Meu irmão, também negro, depois de ouvir minha explicação sobre o famigerado pacote “anticrime”, indagou-me o seguinte: – redução de danos? Qual a parte boa? Boa pra quem? Devemos comemorar? Respondi, citando Mano Brown: não há o que comemorar; não curta esse clima de festa, ao que ele me interrompeu, indagando-me o porquê. – Porque somos negros, disse eu. E concluí: nosso povo não pode mais aceitar ser tratado como corpos negociáveis. Teu corpo não é passível de escambo!!!.

No mesmo sentido, outros dois autores⁵ desta apresentação, ao mencionarem tratar-se de um problema de biopolítica, e esta, a biopolítica:

é imunização, havendo uma absoluta coincidência entre ambos, ocorrendo a progressiva indistinção entre norma e exceção, por uma absoluta identificação dos opostos e a multiplicação exponencial dos riscos que se pretendia evitar, ou seja, pelo excesso de defesa, como no que ocorre com a doença autoimunitária, autoimunidade no sentido trabalhado pioneiramente por Jacques Derrida, em seu texto contido na obra coletiva, que ele organizou, sobre a religião. A questão que se coloca, então, é de como sobreviveria o sistema social global, que é a sociedade mundial, diante de um ataque por componentes dele mesmo, como para alguns ocorreria no setor financeiro do sistema econômico, diante do excesso de especulação, ou de cidadãos que ao invés de participarem politicamente por meio do voto optam por protestos cada vez mais violentos, ou quando pessoas se

⁴ Referência a Djefferson Amadeus de Souza Ferreira. Cfr. AMADEUS, 2019.

⁵ Referência a Paola Cantarini e Willis Santiago Guerra Filho. Cfr. CANTARINI; GUERRA FILHO, 2019.

tornam suspeitas e, mesmo, praticantes do que se vem qualificando como terrorismo, sendo destratados como portadores de direito, na situação descrita por Giorgio Agamben com a figura do antigo direito penal romano do *homo sacer*, que é, como vimos, a de uma vida puramente biológica e, enquanto tal, matável sem mais. Eis como o sistema (jurídico) imunológico da sociedade, como o concebe Niklas Luhmann, pode ser confrontado com um problema similar ao de um organismo que sofre de uma disfunção autoimune. A autoimunidade é uma aporia: aquilo que tem por objetivo nos proteger é o que nos destrói. O paradoxo da autopoiese do direito terminando em autoimunidade revela o paradoxo da inevitável circularidade do Direito e suas raízes políticas nas constituições.

O presente texto realiza a apresentação do dossiê especial da Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal, cuja temática versa sobre “Criminologia e Direito”, realizando também, como fica evidente, um ato político de manifesto, reconhecendo, todavia, que manifestos se tornam mais efetivos se os pergaminhos com que são escritos se transformarem em pavios de coquetéis molotov. Fogo no pavio, fogo no pavio. Todos os textos que compõem a presente edição são convidativos à reflexão, mas pensar e refletir são atividades complementares.

Pensemos em cascatas de imagens, como sugerido por Latour (2008, p. 112). Imaginemos, primeiro, uma moça, como aquela mulher cantada na música: “menina, mulher da pele preta”, Jorge Ben sampleado pelo Rapper Xis (“Só por você”). Essa menina, antes muito bela e impetuosa, agora, num segundo quadro, é vista sendo brutalmente estuprada. Homens coletivamente levantam sua saia e arrancam sua calcinha, seguram seus braços e a penetram por todos os orifícios, enquanto ela grita e recebe socos, chutes e tapas ao som de gargalhadas dos estupradores, enquanto ela sangra, chora e soluça. Num terceiro quadro essa moça já foi reduzida a pequenos pedaços de ossos, similares a palitos de dentes, e num quadro subsequente um grupo de homens, os mesmos que a estupraram, agora se alimentam de seu sangue e palitam os dentes com seus restos mortais, enquanto arrotam despreocupados, sujos de sangue. Esse parece ser o grau de (des)respeito pela dignidade humana no Brasil atual.

A propósito, se pensarmos com Borges que “linguagem é poesia fóssil” e que “todas as palavras abstratas são, de fato, metáforas, inclusive a palavra metáfora que em grego significa translação” (BORGES, 1999, p. 495), esse “giro de imagens” seria a representação metafórica de parcela do poder judiciário nacional e de parcela de membros do Ministério Público, em sua maioria representantes de uma classe que acaba sendo um grupo de comensais da dor e da morte, além do estado de exceção, eis que abalam os pilares do Estado Democrático de Direito: a soberania popular infiltrada pela dignidade da pessoa humana (VALIM, 2017, p. 26). Abalam-na quando se mostram (ou toleram comportamentos) racistas, fascistas, lgbtfóbicos e machistas.

Reflitamos um pouco mais: todos os dias um jovem preto, como **Beto**, assassinado pelo hipermercado Carrefour (como na “metáfora” do estupro coletivo), morre violentamente vítima de racismo e preconceito. Igualmente, todos os dias uma **Maria da Penha** morre em decorrência de algum feminicídio. Também todos os dias uma **Dandara** morre brutalmente vítima de lgbtfobia. O ciclo se repete, igualmente, pois todos os dias presenciamos comportamentos fascistas (sinônimo evidente de governo federal ora vigente), que provocam dor e sofrimento. Assim como, evidentemente, **jovens pobres e de pele escura** são tratados de maneira desumana em audiências criminais, presídios e celas provisórias pelas agências de controle penal.

Recordemos da história do “Homem que Cantava e da Mulher que se Manteve Calada” (MASON, 2016, p. 13), apenas – mas não somente – para lembrar a dor de irmãos africanos, que o Brasil, eterna colônia, também repristina diariamente, distante de importantes, embora inefetivas comissões da verdade:

Phila Ndwandwe e Harald Sefola, cujas mortes durante a Luta foram descritas à Comissão Nacional da Verdade e Reconciliação por seus assassinos. Phila Ndwandwe foi morta à tiros pelas forças de segurança depois de ser mantida nua durante semanas na tentativa de fazer com que ela delatasse seus companheiros. Manteve sua dignidade confeccionando calcinhas usando uma sacola plástica azul, vestimenta que foi encontrada envolvendo sua pélvis quando de sua exumação. “Ela simplesmente não falava”, testemunhou um dos policiais envolvidos em sua morte. “Meu Deus... Ela era corajosa”.

Harald Sefola foi eletrocutado com dois companheiros em um campo nos arredores de Witbank. Enquanto esperava para morrer, pediu para cantar Nkosi Sikelel iAfrika. Seu assassino recordou que “era um homem muito corajoso que acreditava com todas as forças no que estava fazendo.

Um elemento comum é o cinismo dos assassinos, que pareciam descrever uma cena para um filme ou documentário no qual se supunham estrelas e astros de uma barbárie, daí a importância de recordar a epígrafe de W.B sobre escovar a história à contrapelo, e o elemento barbárico presente. É por isso que as Comissões da Verdade no Brasil, de há muito, parecem ser as letras das denúncias realizadas pelas músicas de rap. É por isso que diremos: vidas pretas importam, vidas não padronizadas importam, vidas femininas importam e vidas coloridas importam. Vidas periféricas importam. E diremos isso quer isoladamente (um tema), quer coletivamente (dois ou mais temas).

Veio em muito boa hora a proposta do “dossiê temático” da Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal, que recebeu inúmeros textos de autorxs tratando de temas os mais diversos,

preocupadxs com a fundamentação das decisões judiciais, formas de manifestação do poder, cultura afro-musical, rap e movimentos marginalizados que, em regra, vocacionam e vocalizam as dores dos excluídos. De fato, diante de um poder judiciário que possui traços de um profundo enraizamento de racismo estrutural, machismo institucional, preconceito e autoritarismo como marcas centrais, tais temas devem ocupar a ordem do dia dos debates jurídicos nacionais.

Este breve texto de apresentação, demais de sua “proposta visual”, serve também para externalizar um manifesto cultural, à imagem de um manifesto antropofágico, antropomágico e antropotrágico, sobre aquilo que vivenciamos no primeiro quarto do Século XXI, numa espécie de síntese dos anos anteriores, em que o procedimento de seleção de membros das carreiras jurídicas quase que de maneira “mágica” acaba selecionando um grupo de membros representantes da elite brasileira, com valores encharcados de racismo, machismo, lgbtfobismo e fascismo eterno, tal como descrito por Umberto Eco. Mais trágico ainda, aliás, sob o desgoverno autoritário de um já identificável governismo executivo federal homicida, observamos que permanece nas entranhas da sociedade brasileira um fétido e putrefato aspecto que tematiza feridas purulentas que teimam em não cicatrizar.

Deixamos de punir quando era preciso (os juristas, clérigos, empresários e militares da ditadura civil-empresarial-militar de 1964, valhacouto de covardes genocidas, perpetradores de crimes contra a humanidade) e passamos a punir quando não se faz necessário (crimes de tráfico, de furto, e, de uma maneira geral, encarceramos uma camada fragilizada da sociedade, majoritariamente composta de pessoas de pele escura, sem recursos financeiros e sem que sobrevivem de trabalhos informais e marginalizados). Ao lado disso, observamos que a cor da pele faz toda a diferença no momento da sentença penal condenatória, ou de deferimento de benefícios para sequestrados pelo sistema de justiça criminal. O gênero e a chamada “questão” sexual também são fatores fundamentais no momento de utilização dos mecanismos de deflagração da jurisdição, especialmente para omissão, vilipêndio e denegação de direitos fundamentais.

Na verdade, explicar a sociedade brasileira deste quarto de século é uma tarefa um tanto quanto “fácil”, desde que observemos complexas tramas sugestivas de pontos de contato. Imaginemos Clarice Lispector e o seu texto sobre o assassinato de “Mineirinho”. Um homem que morreu com 13 (treze) tiros, numa emboscada na favela. Como mencionado por Clarice Lispector, bastava um tiro, todo o resto era vontade de matar. Como no caso do já mencionado assassinato do Beto, por meio do Hipermercado Carrefour. Para assassinar um homem negro e favelado, em tempos recentes, testemunhávamos uma bala, um soco ou uma adaga. Agora, no entanto, as

dezenas de socos, chutes, pontapés, quedas de cabeça e violência bestial era apenas a exacerbação da vontade de matar. Mencionava Clarice:

Esta é a lei. Mas se há alguma coisa que, se me faz ouvir o primeiro e o segundo tiro com um alívio de segurança, no terceiro me deixa alerta, no quarto desassossegada, o quinto e o sexto me cobrem de vergonha, o sétimo e o oitavo eu ouço com o coração batendo de horror, no nono e no décimo minha boca está trêmula, no décimo primeiro digo em espanto o nome de Deus, no décimo segundo chamo meu irmão. O décimo terceiro tiro me assassina - porque eu sou o outro. Porque eu quero ser o outro (LISPECTOR, 1999).

Quase ninguém quer ser o outro. Quase ninguém quer ser Dandara, Maria da Penha ou Beto, já que não parece haver um sentimento de mortificação quando barbáries acontecem, e mais importante, o sistema de justiça criminal e as agências de criminalização e controle buscam estigmatizar exatamente aqueles grupos cujos direitos historicamente são denegados por meio de violências institucionais oficiais as mais diversas.

A possibilidade de violência institucional por parte do poder judiciário está devidamente expressa na convenção do Belém do Pará. Existe principalmente quando da imoralidade dos seus servidores quando expressam juízos de desvalor usando o mero senso comum, a partir de paradigmas pautados em subjetivismos preconceituosos por exercício de sexismo, machismo, classismo, racismo, ao invés de observar os documentos processuais produzidos em normativas pátrias ou internacionais, e, em conceitos científicos solidificados, exercendo-se a violência institucional. Não seria exagero dizer que a violência institucional é um assassinato em vida, transformando pessoas, titulares de dignidade humana, em meras sobreviventes da violência perpetrada por aqueles cujo ofício pressupõe o dever legal de garantir-lhes uma vida livre de violências⁶.

Pois bem, a análise interdisciplinar e empírica dos vieses do fenômeno criminal, que abarcam o delito (desvio), criminosos (desviante), vítimas e o sistema de controle, define a criminologia, campo teórico, epistemológico e com perspectivas práticas singular para o Direito Penal, Política Criminal e ciências afins. Com o objetivo de fomentar a discussão envolvendo as relevantes contribuições da Criminologia para o Direito, suas vertentes, os limites e as perspectivas postas pelas diferentes concepções da responsabilização pelo desvio, pela gestão de pessoas e controle social, a Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal instigou e convidou

⁶ Fragmento inspirado e sugerido pela ativista dos direitos das mulheres Dinah Lima, advogada.

pesquisadores da comunidade acadêmica a submeterem artigos sobre essa temática, e eles chegaram. O Dossiê Especial conta com artigos plurais, preocupados com temas relevantes sobre o controle de poder no sistema de justiça criminal.

Temos a tradução e publicação dos dois verbetes sobre criminologia cultural, de autoria de Jeff Ferrell e de Keith Hayward, explicitando não apenas a necessidade de uma nova teoria do delito, mas ressaltando aspectos do comportamento desviante que normalmente são negligenciados pelas agências de controle penal.

Também contamos com o texto *A política internacional de guerra às drogas no contexto da tríplice fronteira amazônica*, de autoria de Daniel Britto Freire Araújo e Mônica Nazaré Picanço Dias, destacando o fracasso da guerra às drogas e o drama brasileiro, igualmente negligenciado pelas esferas de poder, que historicamente tratam o tema de maneira equivocada.

A seu turno o texto *Análise teórico-empírica da prisão cautelar para garantia da ordem pública*, de Aírto Chaves Junior e Luciana Bittencourt Gomes Silva, desvenda e desvela a artificialidade das decisões judiciais determinadoras e impositivas de segregação e privação da liberdade a partir de um sugestivo estudo empírico raras vezes visto, de uma importância impar para novas e renovadas reflexões sobre a prisão, a partir de pesquisa que se debruçou sobre 605 acórdãos prolatados pelas Câmaras Criminais do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, entre 01/07/2019 e 01/07/2020.

O mesmo tema é objeto de análise no texto *A subversão do pressuposto da "garantia da ordem pública" para fundamentar a prisão preventiva nos crimes de entorpecentes*, de autoria de Marcelo Carneiro Pereira, vocalizando preocupações com a artificialidade da fundamentação da decisão judicial na área criminal, especialmente sobre o problema da caracterização da ordem pública.

Por sua vez, o artigo *A perseguição do Rap pelas agências estatais de controle social*, de autoria de Andressa Loli Bazo e Renata Silva Souza tocam em tema altamente importante para a criminologia cultural, cuidando de preencher uma séria lacuna da literatura jurídica nacional.

Já o texto *Diálogos socráticos, derreflexão e modulação de atitude: contribuições ao modelo de Justiça Regenerativa de Hansen e Umbreit*, escrito por Hidemberg Alves da Frota e Gustavo de Lima Pereira, trabalha com a ideia de familiarizar a comunidade acadêmica de língua portuguesa com a proposta de Toran Hansen e Mark Umbreit de transformar a Justiça Restaurativa em Justiça Regenerativa, além de buscar densificar o incipiente arcabouço teórico do modelo regenerativo.

Em *Um novo paradigma de assistência às vítimas de crimes e a proteção dos direitos humanos pela Defensoria Pública*, Bianca Cobucci Rosiere e Antonio Carlos Ayrosa Rosière Júnior buscam demonstrar as possibilidades de atuação da Defensoria Pública como instituição protetora dos direitos humanos, com vistas a assegurar o acesso à justiça das vítimas, enquanto componentes de grupo considerado vulnerável.

Convidamos todxs para a leitura dos artigos que compõem o Dossiê Temático “Criminologia e Direito” da já tradicional Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal (RDPDF) - (*Journal of Brazilian Federal District Public Defensorship*), iniciativa acadêmica que se consolida e que se propõe a rediscutir as grandes categorias analíticas que estão envoltas nas questões jurídicas, sociológicas, antropológicas entre outras, que marcam a atuação dentro do sistema de justiça. Desejamos uma boa leitura a todxs, assim como um bom estímulo à ação concreta. O convite também se estende, evidentemente, ao “fogo no pavio”. Como não poderia deixar de ser, o convite também se destina à sensibilização de todxs pelas artes, pela filosofia e pela literatura, fecundando os ovários da esterilidade desértica do direito. Fogo no pavio!

Referências

AMADEUS, Dj Jefferson. Pacote “anticrime”: não há redução de danos aos negros! *Justificando*, 10 dezembro de 2019.

BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996, p. 225.

BORGES, Jorge Luis. *Ars Magna*, em: BORGES, Jorge Luis. *Obras Completas III*, São Paulo: Globo, 1999.

CANTARINI, Paola; GUERRA FILHO, Willis Santiago. *Breve alusão ao atual estado (inconstitucional) de exceção em que estamos vivendo e morrendo*. Revista Jurídica - UNICURITIBA. V. 4, n. 57, 2019.

CASTANHEIRA NEVES, A. *O Actual Problema Metodológico da Interpretação Jurídica*. Coimbra: Coimbra Editora, 2010.

GODOY, Arnaldo Sampaio Moraes. *A História do Direito entre Foices, Martelos e Togas: Brasil – 1935-1965*. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

GONÇALVES, Genival Oliveira (G.O.G). *Fogo no Pavio*, 2002. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CPsIz1qEHgg>

GONÇALVES, Genival Oliveira (G.O.G). *É o Terror*, 2000. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=R7-k1vO6LLI>

GUERRA FILHO, Willis Santiago. *Prefácio*. Em: PÁDUA, Thiago Aguiar. *Ao Vencedor o Supremo*. Belo Horizonte: D'Plácido, 2020.

JOLY, Maurice. *Diálogo no Inferno entre Maquiavel e Montesquieu*. Trad. Isolina Vianna. Bauru: Edipro, 2010.

LATOUR, Bruno. *O que é Iconoclash? Ou, há um mundo além das guerras de imagem?* Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 14, n. 29, p. 111-150, jan./jun. 2008.

LISPECTOR, Clarice. *Mineirinho*. Em: Para não esquecer. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

MARIGHELLA, Carlos. *Mini-Manual do Guerrilheiro Urbano*. 2 ed. Sabotagem: 1969. JOLY, Maurice. *Diálogo no Inferno entre Maquiavel e Montesquieu*. Trad. Isolina Vianna. Bauru: Edipro, 2010.

MASON, Judith. *O Homem que cantava e a Mulher que se Manteve Calada*. Em: SACHS, Albie. *Vida e Direito: uma estranha alquimia*. Trad. Saul Leal. São Paulo Saraiva, 2016.

MENDES, Gilmar. *A reforma monetária de 1990: problemática jurídica da chamada retenção dos ativos financeiros*. Revista de Informação Legislativa, v. 28, n. 112, p. 235-298, out./dez. 1991.

MORAIS, Fernando. *Olga*. São Paulo: Alfa-ômega, 1989.

PÁDUA, Thiago Aguiar. *Ao Vencedor o Supremo*. Belo Horizonte: D'Plácido, 2020.

VALIM, Rafael. *Estado de Exceção: a forma jurídica do neoliberalismo*. São Paulo: Contracorrente, 2017.